

O TRABALHO NA FORMAÇÃO DO SER SOCIAL
WORK IN TRAINING SOCIAL BEING
TRABAJAR EN FORMACIÓN SER SOCIAL

Alyson Barboza de Sousa¹
alyson_barbosa12@hotmail.com

Luciano Sérgio Ventin Bomfim²
lbomfim@uneb.br

Resumo:

O debate se dá na proposta de analisar a partir da teoria marxiana e marxista o que é o ser humano. Chegando a síntese de que é um ser de possibilidades, e não limitado. Não se trabalha com a noção de que o homem seja ruim ou bom, há a compreensão de que ele é um ser sócio histórico, portanto faz-se em sociedade. Alguns conceitos são imprescindíveis para esta compreensão, como: trabalho, consciência, sociabilidade, universalidade e liberdade.

Palavras-chave: trabalho, consciência, sociabilidade, universalidade, liberdade.

Abstract:

The debate takes place in the proposal to analyze from the Marxian and Marxist theory what is the human being. Coming the synthesis that is a being of possibilities, not limited. One does not work with the notion that the man is bad or good, there is the understanding that he is a socio-historical being, so it is a made in society. Some concepts are essential for this understanding, such as work, conscience, sociability, universality, and freedom.

Key Words: work, conscience, sociability, universality, freedom.

Resumen:

El debate tiene lugar sobre la propuesta de analizar desde la teoría marxista y marxista qué es el ser humano. Llegando a la síntesis de que es un ser de posibilidades, y no limitado. No trabajamos con la idea de que el hombre es malo o bueno, hay un entendimiento de que es un socio histórico, por lo que se hace en la sociedad. Algunos conceptos son esenciales para esta comprensión, tales como: trabajo, conciencia, sociabilidad, universalidad y libertad.

Palabras clave: trabajo, conciencia, sociabilidad, universalidad, libertad.

¹ Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado da Bahia. Professor da rede pública da Bahia.

² Doutor em filosofia pela Universidade de Kassel (GHK) – Alemanha. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da Universidade do Estado da Bahia.

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, buscamos compreender o ser humano nas teorias marxiana (entendida aqui como a interpretação do pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels) e marxista (compreendida aqui como o raciocínio de teóricos que trabalham partindo da concepção de Marx e Engels).

O método é o materialismo histórico-dialético. Não entendemos o método e a teoria divididos. Entendemos que o método está diluído na teoria. Marx e Engels não criaram um método o qual se aplica à realidade, e extraí dela os resultados da pesquisa. A teoria para Marx e Engels é mesmo a compreensão da dinâmica do real, com todas as suas contradições e multifacetabilidade. A História é o laboratório de análise para formulação da teoria marxiana consequentemente da marxista também, por isso os elementos que compõe o método só são compreendidos juntos (teoria e método). Por analisar o concreto, essa teoria não pode ser decorada e aplicada mecanicamente à realidade; os seus conceitos são extraídos dela mesma (a realidade), e como o concreto não é estático, está sempre em movimento; à teoria é dialeticamente extraída em movimento, não há conceitos fechados e acabados, eles estão em movimento.

Ao longo do texto, discutimos conceitos que são necessários para a compreensão do ser social, como: trabalho, consciência, sociabilidade, universalidade, liberdade, etc. Apoiamo-nos em obras de Karl Marx: *O Método da Economia Política* (2010) e *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (2015); de Karl Marx e Friedrich Engels: *Ideologia Alemã* (2007; 2009) e *Manifesto do Partido Comunista* (2008); de Herbert Marcuse: *Idéias sobre uma Teoria Crítica da Sociedade* (1981); de Erich Fromm: *Conceito Marxista do Homem* (1970); de György Markús: *Marxismo e Antropologia - O Conceito de "Essência Humana" na Filosofia de Marx* (2015); de Sofia Manzano: *Economia Política para Trabalhadores* (2013); Sérgio Lessa e Ivo Tonet: *Introdução à Filosofia de Marx* (2011); de Sérgio Lessa: *Para Compreender a Ontologia de Lukács* (2016); José Paulo Netto: *Introdução ao Estudo do Método de Marx* (2011); Leandro Konder: *O que é Dialética* (2004); Luciano Sérgio Ventin Bomfim: *Ecomarxismo?* (2014), *A Ontologia Humana enquanto referência para uma Educação Popular Emancipatória* (2015), *Trabalho, Alienação e Estranhamento: Uma Contribuição a uma Educação Emancipatória* (2017), e *A Ontologia Humana X Ontologia Das Máquinas* (2018).

A necessidade desse debate surge por diversas razões. Uma delas é: O que é o ser humano?; Há uma essência humana?; Se a resposta obtida for sim, o que seria essa essência

humana? Já que se mudaram tanto as formas dos seres humanos viverem durante a história, dessa forma, o homem (no decorrer do texto, onde aparece este termo, refere-se sempre a homens e mulheres) nasceria desde já com essa essência?; Essas e outras questões nortearam nossa busca pelo saber. A partir de conhecimentos pretéritos ainda incipientes, reparamos que, nas teorias marxiana e marxista, havia essa compreensão sobre os seres humanos em totalidade, compreendendo que a realidade é multifacetada; no entanto, ela é unidade da diversidade; por isso resolvemos aprofundar nossos estudos sobre essas teorias, buscando coerência teórica, com rigor conceitual para discutir a ontologia humana.

DESENVOLVIMENTO

Marx e Engels (2007; 2009) esclarecem que a base de toda a história dos seres humanos é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos com o seu formato corporal e sua relação com a natureza. Então, toda a história desenvolveu-se na relação dos seres humanos com as condições naturais: geológicas, hidrográficas, climáticas, etc. e sua ação para transformá-la naquilo que necessitava para viver. Com isso Marx e Engels (2009, p. 24) diz:

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião – por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a *produzir* os seus meios de subsistência [...], passo esse que é requerido pela sua organização corpórea. Ao produzirem os seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.

Como vimos, para Marx e Engels (2007; 2009), o ato de produção da vida material é possível pelo trabalho. Os seres humanos se distinguem dos outros animais por diversas características, mas que só são iniciadas quando começam a produzir sua vida concreta, que usufrui da sua organização corporal. A vida concreta, material, diz respeito mesmo a seus meios de subsistência, por exemplo, no ato de se alimentar, beber, vestir-se, abrigar-se, etc. Pois é a partir desse momento que ele desenvolve outros atributos **ontológicos**.

A forma como os seres humanos produzem os meios de subsistência vai depender, em primeiro lugar, da natureza desses próprios meios de subsistência encontrados e de como reproduzi-los. Esse ato de produção não deve ser entendido apenas como um aspecto da reprodução física desses indivíduos, pois é uma determinada forma de atividade,

de exteriorização da sua vida e do próprio modo de vida. A forma de exteriorização da vida revela como os indivíduos são. Então, aquilo que os homens são corresponde com a sua própria produção, tanto com o que produzem, e mesmo como produzem. Isso resulta que os seres humanos são aquilo que as condições materiais da sua produção pode lhes proporcionar (MARX; ENGELS, 2007; 2009).

O trabalhador nada pode criar sem a *natureza*, sem o mundo exterior sensível [...]. Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetivam na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz. Mas como a natureza oferece os *meios de vida*, no sentido de que o trabalho não pode *viver* sem objetos nos quais se exerça, assim também oferece, por outro lado, os *meios de vida* no sentido mais estrito, isto é, o meio de subsistência física do *trabalhador* mesmo (MARX, 2015, p. 81).

Marx (2015) adverte que não há como o homem criar sem usufruir da natureza. Dessa forma não há criar sem o mundo concreto que o circunda. A natureza é a matéria sobre a qual o trabalho age, tornando-se ativo, e é também onde o trabalho se inicia e por meio dela (a natureza) torna-se produtivo. Com isso, além de a natureza oferecer os meios de vida sobre a qual ganham novo sentido por meio da ação do trabalho sobre ela, sem a qual esse (o trabalho) não pode existir, por outro lado, oferece, também, os meios de vida mais imediato, a qual é denominada de meio de subsistência física do trabalhador.

O trabalho enquanto fundamento da **ontologia**³ do ser social, ou seja, enquanto categoria de existência do ser humano, é o que torna possível a construção do homem enquanto homem, diferenciando-se dos animais. Bomfim (2015) apresenta-nos o trabalho enquanto princípio didático-pedagógico, e já inicia partindo do entendimento de que isso é até uma redundância, pois ensinar e aprender são atividades do homem, o trabalho não pode ser entendido apenas no sentido econômico, pelo fato de integrar a produção material da vida social, pois, neste mesmo momento, ocorre a exteriorização do Ser consciente⁴, é o momento em que o homem intervém na natureza construindo, objetivamente, o que existia apenas na sua consciência, essa é a teleologia (capacidade de projetar na consciência e construir objetivamente o que projetou) da qual faz parte a prévia-ideação (a capacidade de

³ “O termo ontologia no campo das ciências humanas está geralmente vinculado a uma tradição idealista; ou seja, no campo do dever-ser, opondo-se assim ao realismo do mundo concreto, que apesar de ser produto da *práxis* social coletiva da totalidade dos seres humanos, apresenta-se a ele como um produto automático, autogerador, e o ser humano como produto deste” (BOMFIM, 2018, p. 111).

⁴ Este termo “exteriorização do Ser consciente” refere-se à manifestação do trabalho, pois é atividade consciente, onde o ser humano objetiviza o que construiu antes em pensamento.

idear, isto é criar ideias), e por isso mesmo fazem parte da sua ontologia enquanto ser humano. O autor continua sua afirmativa, dizendo que, no seu entendimento, parece ser descabida a discussão da centralidade trabalho em detrimento da educação, pois ele concorda com a análise de Karl Marx na obra *A Ideologia Alemã* de que “[...] o trabalho é o processo pelo qual o ser humano transforma a natureza e, ao fazer isso, transforma a si mesmo [...]” (p. 112), com essa formulação o autor questiona, e “[...] por que o ser humano transforma-se ao transformar a Natureza?” (p. 112). A sua resposta é que o homem se educa, aprende com o desafio que surge pelas leis da Natureza e age para transformar nas causalidades que são os modos pelos quais as legalidades da natureza apresentam-se.

Segundo Fromm (1970), Marx acredita que há uma capacidade humana dada pela própria natureza. Nesse sentido, a matéria-prima do homem não pode ser modificada, e ele sustenta isso relatando que a estrutura do cérebro permaneceu a mesma desde o princípio da história. Mas ele adverte: o homem muda no transcorrer da história, pois se desenvolve, e transforma a sociedade de modo geral; por isso, ele é manifestação da história. Com isso, lança a dialética materialista da história: o homem é quem constrói a história, e ele é produto mesmo da história. Dito de outro modo: não há história sem a criação humana, e nessa construção da história, o homem vai construindo-se também, ele faz a realidade, e dá a realidade a si mesmo. Considerando esse raciocínio, a partir da realidade concreta, é extraído o conceito de *autorrealização do homem*, e de *autocriação do homem* que significa grosso modo: a realização do homem por intermédio do trabalho na produção material da vida. Afirma, então, que a história do mundo é: a formação do homem pelo trabalho, e o surgimento da natureza para ele.

De acordo com Fromm (1970, p. 35-36):

O potencial do homem, para Marx, é um potencial dado; O homem é, por assim dizer, a matéria-prima humana que, como tal, não pode ser modificada, tal como a estrutura do cérebro tem permanecido a mesma coisa desde a aurora da história. Contudo, o homem *de fato* muda no decurso da história; ele se desenvolve; se transforma, é o produto da história; assim como ele faz a história, ele é seu próprio produto. A História é a história da auto-realização do homem; ela nada mais é que a auto-criação do homem por intermédio de seu próprio trabalho e produção: "o conjunto daquilo a que se denomina história do mundo não passa de criação do homem pelo trabalho humano e o aparecimento da natureza para o homem; por conseguinte, ele tem a prova evidente e irrefutável de sua *autocriação*, de suas próprias origens".

Na análise de Bomfim (2015), partindo de Marx, o ser humano tem uma essência. No entanto, ela não é dada *a priori* pela Natureza, ele (o homem) não nasce pronto e acabado, pois se constrói na experiência da vida social. O homem é um ser sócio-histórico, desenvolveu-se em sociedade ao longo de toda a história, a partir da produção material da vida; por isso, a realidade atual só pode ser explicada, partindo de um estudo sobre o desenvolvimento da História, percebendo como o homem se relacionou com a Natureza e com a própria espécie. Assim, surgem as explicações materialistas da História, mostrando como chegamos a nos relacionar de tais formas. O autor continua sua explicação advertindo que, independente da vontade e das práticas do ser humano, a Natureza dá a constituição física/biológica dessa espécie, o que determina as possibilidades da ontologia do homem.

[...]. Para Marx, o ser humano tem uma essência que não é dada a priori pela Natureza, pois ele é um ser que se faz, que sócio-historicamente se cria. Mas à revelia da vontade e do agir humano, a Natureza determina as possibilidades da ontologia dessa espécie ao dar a constituição física/biológica dos indivíduos. [...] (BOMFIM, 2015, p. 109).

Conforme vimos nessa passagem, o autor resgata o pensamento de Marx, em que o ser humano se desenvolve na vida social, e pela necessidade de manter-se vivo, é obrigado a transformar a natureza socializada, que é a natureza já transformada por outros seres humanos em elementos da vida social. Nesse processo, ele transforma a natureza e, ao mesmo tempo, se transforma, pois desenvolve o atributo da Consciência. O homem é um ser do trabalho, e só o é, por causa da Consciência, da mesma forma que ela (a consciência) só se desenvolve pelo trabalho, formando uma relação dialética. E mais, os dois atributos (trabalho e consciência) só se desenvolvem quando o homem se encontra vivendo em sociedade com a mesma espécie; esse outro atributo é a Sociabilidade. Nesse momento, Hegel é recuperado pela sua formulação teórica; noutras palavras, sintetiza que: nós só nos descobrimos enquanto uma consciência-em-si, quando estamos em contato com outra consciência-em-si, porque é a partir das diferenças que eu me percebo na minha individualidade (BOMFIM, 2015).

Ainda de acordo com Bomfim (2015, p. 109), acerca de Marx diz:

Para ele, o ser humano se faz na experiência em sociedade, sendo constantemente desafiado pela natureza socializada a transformá-la e a transformar a si mesmo. Ou seja, o ser humano é um ser do trabalho,

cujo mister não seria possível sem o desenvolvimento de outro atributo, a Consciência, que, por sua vez, não seria desenvolvida sem o trabalho. Assim, Consciência e Trabalho se pressupõem. Contudo, não nos esqueçamos que tanto trabalho como consciência só se desenvolvem porque o ser humano é um ser social. Como nos ensina Hegel na Fenomenologia do Espírito, é pela descoberta do outro enquanto outra consciência-em-si dele distinta, que cada um de nós adquire a consciência de si mesmo. [...] (BOMFIM, 2015, p. 109).

O ser humano, em toda sua história, defrontou-se com necessidades concretas, e a natureza oferece elementos que suprem essas inevitabilidades; no entanto, ela (a natureza) tem suas próprias legalidades, os homens precisam agir nas causalidades da natureza para usá-las a seu favor, para suas necessidades; ele precisa satisfazer suas vontades, e algumas aparecem independentemente do seu querer. Para superar essa realidade, o ser humano intermedeia com seu trabalho.

Nesse sentido, é necessário esclarecer o que são as Legalidades e Causalidades da Natureza:

[...] Segundo Lukács, nos *Prolegômenos de Para a Ontologia do Ser Social*, as Causalidades são as formas pelas quais as Legalidades na Natureza se manifestam. Diferentemente desta, as Causalidades são passíveis de intervenção humana, enquanto que as Legalidades são imutáveis (BOMFIM, 2015, p. 112).

Em outras palavras, as leis da natureza são as Legalidades e, portanto são imutáveis. As Causalidades são as formas de materialização das Legalidades no real, no concreto; essas são passíveis de mudanças pelo trabalho.

Marcuse (1981) debate sobre o trabalho, mostrando-nos algumas dimensões desse conceito. Compreendendo-o não apenas na dimensão econômica, mas nas outras dimensões das relações humanas e como manifestação da essência da espécie, vejamos:

Se no conceito do trabalho exteriorizado está contida uma relação do homem com o objeto (e [...] consigo mesmo), então é preciso que no conceito do trabalho como tal esteja contida uma relação humana (e não uma situação econômica). [...] é preciso que o próprio trabalho seja compreendido como manifestação e realização autênticas da essência humana. Contudo, isso igualmente significa que o trabalho é compreendido como categoria filosófica. [...]. As determinações positivas do trabalho em Marx são quase todas dadas como contraconceitos do trabalho exteriorizado, mas o caráter ontológico desse conceito é claramente expressado nelas. Tomemos três das mais importantes formulações: “O trabalho é o devenir-para-si-mesmo do homem em

meio à exteriorização, ou do homem exteriorizado” [...], ele é o “ato de autoprodução ou auto-objetivação do homem” [...], “a atividade vital, a própria vida produtiva” [...]. (MARCUSE, 1981, p. 19).

Marcuse (1981) começa por mostrar o que está ligado no conceito de trabalho exteriorizado: a relação do ser humano com a Natureza, e com os outros seres humanos. Nesse sentido, é necessário explicitar esse conceito, que, de modo simples, significa a exportação do saber que está na consciência, por intermédio do corpo humano, para fora dele, materializando, assim, esse saber. Por isso, ele transforma a Natureza nessa objetivação, e o faz a partir de saberes legados pela vida em sociedade. Nessa reflexão, podemos constatar que o trabalho está na essência humana; portanto, não pode ser entendido apenas como algo que está relacionado com a economia, pois há outras relações humanas. É pelo trabalho que o ser humano se realiza enquanto ser social. Portanto, a categoria trabalho é filosófica porque diz respeito ao ser humano, à vida humana. Há três importantes formulações sobre essa categoria: a primeira coloca que, por meio do trabalho, o homem externa o que está dentro de si em exteriorização, em expulsão do que existia na consciência e, com isso, realiza-se; a segunda mostra que o trabalho é um ato automaticamente produtivo porque sempre produz uma nova realidade e, por isso mesmo é também automaticamente o ato de externalização do ser humano, em que sempre ocorre objetivação; e, no último raciocínio, mostra o trabalho como a própria vida, pois sem realizar (o trabalho) o homem não atua nas Causalidades da Natureza, e não se realiza. E há necessidade que precisa ser saciada cotidianamente independente da vontade humana, e só é possível saciá-la por intermédio do trabalho; assim, a vida torna-se produtiva.

Marcuse (1981, p. 20) recupera a interpretação de Hegel quanto ao trabalho na obra *Fenomenologia do Espírito*:

[...]. “Por meio do trabalho (o devenir-para-si-mesmo) vem a si mesmo” – no trabalho, a consciência do trabalhador penetra “fora dele, no elemento da permanência”, no trabalho, a consciência se torna, “como forma das coisas feitas, objeto” [...].

Vemos que também para Hegel o trabalho é a realização de si mesmo, em que o objeto construído é a consciência materializada, objetificada, é a concretude do que estava posto apenas em pensamento. Uma diferença importante é que enquanto Hegel foi idealista (entendido aqui como corrente filosófica, longe de qualquer senso-comum), no sentido de compreender que mesmo o conceito de trabalho representando tudo isso, não

passava de manifestação do espírito. Pois para o idealismo a ideia prevalece sobre a matéria. Marx e Engels eram materialistas, e segundo esses a matéria prevalece sobre a ideia. E a necessidade de realização do trabalho surge a partir da vida prática social; ao se deparar com as Causalidades da Natureza, o homem tem que atuar nelas para se reproduzir enquanto ser social. Em uma famosa frase, Marx e Engels (2009, p. 32) sintetizam essa diferença em relação a Hegel: “[...]. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência. [...]”. Entendido esse pensamento, em outras palavras, significam que a consciência só surge a partir mesmo da realidade prática da vida social. Nesse sentido, só consigo pensar a partir daquilo que tenho experiência diretamente ou indiretamente.

Manzano (2013) reflete sobre a vida prática social, destacando a **essencialidade do trabalho** mesmo nas necessidades mais elementares:

Para garantir nossa vida, temos a obrigação de satisfazer determinadas necessidades que são vitais: comer, beber, vestir-se, abrigar-se das intempéries. Necessidades que devem ser satisfeitas diariamente desde os primórdios da humanidade. A satisfação dessas necessidades vitais exige do homem a produção. Mesmo que fosse andar pelas florestas e campos em busca de uma fruta ou de um animal para comer, o homem sempre teve que exercer certo esforço, **uma quantidade de trabalho**, para conseguir satisfazer suas necessidades (MANZANO, 2013, p.13, grifo nosso).

Conforme analisa Manzano (2013), podemos ver que, durante toda a história, o ser humano teve/tem necessidades. Foram pontuados quatro elementos fundamentais para sobrevivência humana: comer, beber, vestir-se, abrigar-se das intempéries. Todos os dias fazemos isso nas nossas vidas para podermos nos manter vivos, como há muito tempo atrás. E só é possível superar essas Causalidades, que são próprias da vida humana, exercendo uma quantidade de trabalho.

Ainda de acordo com a autora, vemos que, em:

Qualquer processo de produção, em qualquer época, tem em sua origem duas coisas absolutamente necessárias: a NATUREZA e o TRABALHO. A natureza, pois é dela que saem todos os elementos físicos e concretos para a satisfação das necessidades; e o trabalho, pois os elementos da natureza não “saem andando sozinhos até a nossa mesa”, é necessário buscá-los (MANZANO, 2013, p. 14).

Esse pensamento da autora nos mostra dois elementos importantes para o processo de produção da vida material dos seres humanos: a Natureza - que dispõe os elementos que podem ser alterados de forma a atender aos nossos anseios; e o Trabalho – aquele que transforma os elementos naturais em produtos que precisamos para viver.

O único pressuposto do pensamento de Marx é o fato de que os homens, para poderem existir, devem transformar constantemente a natureza. Esta é a base ineliminável do mundo dos homens. Sem a sua transformação, a reprodução da sociedade não seria possível. Essa dependência da sociedade para com a natureza, contudo, não significa que o mundo dos homens esteja submetido às mesmas leis e processos do mundo natural. Sem a reprodução biológica dos indivíduos não há sociedade; mas a história dos homens é muito mais do que a sua reprodução biológica. [...]. Essa simultânea articulação e diferença do mundo dos homens com a natureza tem por fundamento o trabalho. Por meio do trabalho, os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, mas também lançam as bases para que se construam como indivíduos (LESSA; TONET, 2011, p.17).

É importante notar que, fundamentalmente, no pensamento de Marx, o único pressuposto é que a transformação da natureza deve ser feita repetidamente para conseguirmos ter a reprodução da vida social. Não há vida social sem trabalho. Sem ele, a sociedade não poderia se constituir, nem se desenvolver. Os autores nos advertem ainda para o fato de que, embora a sociedade dependa constantemente da natureza, as legalidades da natureza não são mesmas que regem a sociedade. Os seres humanos também têm aspectos que são comuns a outros seres vivos, por exemplo, a reprodução biológica, sem a qual não haveria sociedade; no entanto, a história dos homens é bem mais isso. A diferença tanto dos outros seres humanos quanto da natureza tem como base o trabalho. E por meio desse (o trabalho), os homens constroem materialmente a sociedade, e se constroem particularmente como indivíduos (LESSA; TONET, 2011; LESSA, 2016; NETTO, 2011; KONDER, 2004; BOMFIM, 2017).

O conceito de trabalho para Lessa; Tonet (2011); Lessa (2016); Konder (2004); Netto (2011) e Bomfim (2017) é central na obra de Marx, pois, de modo geral, ele muda a sociedade. E é também uma categoria ontológica da existência de um “ser novo”, é o salto ontológico. Para ocorrer o mesmo (o trabalho), o ser humano precisa se deparar com uma necessidade objetiva, para que ele possa raciocinar e agir. O processo de pensamento, ao se deparar com a realidade, é a prévia-ideação, em que ele arquiteta na mente o que deve fazer na prática para superar essa necessidade. O ato de colocar em prática o que está posto

apenas no seu pensamento é a objetivação. É a partir do trabalho que o ser humano se diferencia da natureza e dos outros seres vivos, pois ele torna-se um ser social, ele aprende, transforma-se e transforma a sociedade.

Nesse sentido, Lessa e Tonet (2011) nos explica um pouco a diferença entre outros seres vivos e o ser humano, e por que só o ser humano realiza trabalho, vejamos:

Marx entende por trabalho um tipo de atividade muito diferente daquela que podemos encontrar nas abelhas ou formigas. Nessas, a organização das atividades e sua execução são determinadas geneticamente e, por isso, não servem de fundamento para o desenvolvimento desses insetos. Por séculos, as abelhas e as formigas produzem, exatamente da mesma forma, o que já produzem hoje. Entre os homens, a transformação da natureza é um processo muito diferente das ações das abelhas e formigas. Em primeiro lugar, porque a ação e seu resultado são sempre projetados na consciência antes de serem construídos na prática. É essa capacidade de idear (isto é, de criar ideias) antes de objetivar (isto é, de construir objetivamente ou materialmente) que funda, para Marx, a diferença do homem em relação à natureza, a evolução humana. [...] (LESSA; TONET, 2011, p. 18).

Para Marx, de acordo com o que foi colocado, existe uma diferença primordial no que é o trabalho feito pelos seres humanos e nas atividades feitas por animais. Cita o caso das abelhas e formigas, mostrando que essas vêm geneticamente determinadas para fazer o que fazem; por isso, com o passar do tempo, continuarão a produzir o mesmo que produziam há tempos atrás. O ser humano pode idear (fabricar ideias) para depois objetivá-las ou materializá-las. É o caráter teleológico do trabalho, com isso adquire consciência (LESSA; TONET, 2011; LESSA, 2016; KONDER, 2004; BOMFIM, 2017).

BOMFIM (2015, p. 109-110) explicita o conceito de Consciência:

A consciência, originalmente, é uma disposição que cada ser humano traz em si desde o seu nascimento. Como disposição, carece da efetividade de sua ativação. Apenas na medida em que o ambiente externo instiga esta disposição humana a se expressar, ela se desenvolve e define o ser humano como um ser consciente. Entretanto a simples exteriorização do ser humano não implica inexoravelmente na formação da consciência, visto que é somente por meio da experiência em sociedade que o ser humano faz-se um ser consciente.

O ser humano traz, desde o nascimento, a disposição para desenvolver a consciência, mas para desenvolvê-la, é preciso ativá-la, e isso só ocorre na vivência prática com outros seres humanos – na sociabilidade, e transforma o homem em um ser

consciente. O autor adverte que não é simplesmente a exteriorização em si que o torna um ser consciente; ele precisa estar em sociedade, pois aprenderá atributos da espécie. Vejamos o que nos diz Marx e Engels (2008, p. 40) sobre a construção da consciência:

Será necessária inteligência tão profunda para entender que, com a mudança das condições de vida das pessoas, das suas relações sociais, de sua existência social, também se modificam suas representações, concepções e conceitos, em suma, também sua consciência?

Marx e Engels, de modo simples, explicam-nos sobre a formação da consciência. E vemos que a consciência não vem pronta desde o nascimento, ela se desenvolve, para nos tornamos seres sociais, pois precisamos estar vivendo em sociedade.

O caráter teleológico do trabalho é o processo da prévia-ideação e da objetivação, só pode surgir a partir da realidade objetiva e subjetiva, e em dado tempo e espaço. Nunca alguém inicia algo do nada. A partir do tempo e do espaço, é que o ser humano pode agir. Primeiro, pensando através da prévia-ideação, e depois, praticando que é a objetivação. A prévia-ideação é algo interessante, pois através dessa, o ser humano consegue analisar, por meio da consciência, a melhor alternativa a se fazer para resolver aquela questão naquele dado momento, vendo quais os possíveis erros que podem ocorrer, e quais as consequências de cada alternativa colocada para si em pensamento no dado instante. Decidido o que fazer, escolhendo a que julga ser a melhor alternativa no momento, coloca-se em prática, ocorrendo a objetivação (LESSA; TONET, 2011; LESSA, 2016).

A partir de uma objetivação, a realidade não é mais a mesma, ela foi transformada, e o indivíduo que a realizou também não é mais o mesmo porque também se transformou nesse processo, adquiriu consciência. A realidade foi transformada porque a objetivação pode ter trazido, por exemplo, um objeto novo à realidade social, e, antes, esse objeto não existia materialmente. Com isso, a realidade mudou e o ser humano que construiu esse objeto projetou na consciência algo novo, por isso ele não é mais o mesmo; nesse processo, ele adquiriu novos conhecimentos e habilidades. A partir desse momento, surgirão novas necessidades e novas possibilidades. A objetivação é, então, a organização da natureza em dada forma, para determinado fim (LESSA; TONET, 2011; LESSA, 2016; BOMFIM, 2017).

Esse objeto que foi construído e inserido socialmente para todos, por um momento, só existia no pensamento de quem o criou. Mas, daí em diante, esse objeto passará a influenciar na sociedade e também será influenciado. O primeiro objeto foi criado

para um fim específico, mas quem conhecer esse objeto e se defrontar com uma nova necessidade, não colocada até então, poderá utilizar esse objeto para sanar sua necessidade. Com isso, pode o objeto ser utilizado para outro fim, diferente daquele pensado pelo seu idealizador. Esse processo é conhecido de causalidade. (Ainda é importante notar que o conceito de trabalho é mais amplo, e não se reduz apenas à construção de objetos; portanto, existem outros elementos no processo de causalidade, nós utilizamos esse exemplo apenas para fins explicativos) (LESSA; TONET, 2011; LESSA, 2016; BOMFIM, 2017).

O conhecimento adquirido pelo idealizador do objeto o transformou, pois, agora, diante de uma necessidade similar a que ele precisou desenvolver o primeiro objeto, ele pode criar novamente outro objeto para satisfazer sua necessidade, ou pode, até mesmo, construir um objeto mais avançado que o primeiro, pois viu que esse tem algumas limitações/fragilidades. Isso pode ocorrer com outros indivíduos na sociedade, esses saberes são passados à sociedade por aquele ser humano, podendo ser utilizado por outro (ser humano) para construir um objeto similar ao primeiro para a mesma finalidade, pode ser também para outros fins, e pode ser até mais aperfeiçoado, justamente porque não precisa partir do “zero”, pois já se tem conhecimento acumulado sobre a construção do primeiro objeto criado (LESSA; TONET, 2011; LESSA, 2016; NETTO, 2011; KONDER, 2004; BOMFIM, 2017).

Lessa e Tonet (2011, p. 26) nos trazem essa reflexão sobre o trabalho humano:

O trabalho é o fundamento do ser social porque ao transformar a natureza, cria a base, também material, indispensável ao mundo dos homens. Ele possibilita que, ao transformarem a natureza, os homens também se transformem. E essa articulada transformação da natureza e dos indivíduos permite a constante construção de novas situações históricas, de novas relações sociais, de novos conhecimentos e habilidades, num processo de acumulação constante (e contraditório [...]). É esse processo de acumulação de novas situações e de novos conhecimentos – o que significa novas possibilidades de evolução – que faz com que o desenvolvimento do ser social seja ontologicamente (isto é, no plano do ser) distinto da natureza.

Com a reflexão dos autores, conseguimos enxergar a dimensão do trabalho, como meio de desenvolvimento para a humanidade. Pois tudo o que a humanidade produziu foi através desse elemento-chave, fundamental para compreensão da vida humana, e que funda uma novidade, o ser social. Como podemos perceber é por meio do trabalho que os seres

humanos transformam sua relação com a natureza, construindo novas situações históricas, novas relações sociais e novos conhecimentos e habilidades. São essas situações históricas e esses conhecimentos que colocam a humanidade em possibilidades de evoluir, isto é, que diferencia também o homem, da natureza e dos outros seres vivos.

As descobertas da humanidade só podem ser feitas em dado tempo e espaço, pois o trabalho é que pode possibilitar isso. Não conseguimos pensar no que ainda não existe sem ter base objetiva e subjetiva para tal. Só conseguimos produzir novidades, fazer descobertas a partir das condições ofertadas pela humanidade (LESSA; TONET, 2011; LESSA, 2016). Por exemplo, devido ao fenômeno da urbanização principalmente nos grandes centros urbanos, é comum pessoas residirem em prédios com muitos andares, porém isso só foi possível porque as condições objetivas e subjetivas estavam dadas para poder ocorrer a construção de prédios, e um dos motivos que influenciou tal fato é que não há espaço para que sejam construídas residências individuais (no térreo) para um grande número de pessoas nos centros urbanos. Então, uma dada realidade concreta objetiva colocou esse desafio ao ser humano, de garantir que, em um mesmo espaço urbano, onde residiria um número de pessoas, possa ser utilizado por um número bem maior (de pessoas), por meio da construção de grandes prédios, conhecidos, como Arranha-céus.

Sintetiza Bomfim (2018, p. 119) a relação dialética entre trabalho e consciência:

Sendo assim, consciência e trabalho são atributos que precisam emergir e se desenvolver concomitantemente, separá-los seria como que impedir a compreensão deles. Deste raciocínio podemos tirar cinco conclusões: a primeira de que o ser humano faz-se a partir de uma constituição orgânica **dada** pela Natureza; a segunda de que a consciência não é uma dádiva pronta da natureza; a terceira, em consequência desta, que a sua emergência é uma consequência da afetação da realidade sobre o indivíduo em sociedade; a quarta, que é consequência desta, de que a consciência não tem o poder de determinar a vida, mas como afirma Marx, é por ela determinada⁵⁸; e a quinta, de que ela não é teórica, abstrata, mas sim de natureza material, sócio-histórica, ainda que tenha no plano do pensamento uma de suas formas de exercício e manifestação.

O que está exposto é que primeiro esses dois atributos humanos – trabalho e consciência só podem ser explicados em interligação. Há, então, cinco considerações: a primeira - as condições naturais do ser humano são fornecidas pela natureza; a segunda – a natureza fornece a consciência como predisposição, não como elemento já formado; a terceira - a consciência do indivíduo para se desenvolver precisa estar em comunidade, no

meio social; a quarta – a consciência é determinada pela vida social e não o contrário (como já afirmamos aqui anteriormente); e a quinta – a consciência é concreta, sócio-histórica, ou seja, só pode ser compreendida no tempo e no espaço, ainda que uma das suas dimensões revele-se no chão da mente.

Como visto, só conseguimos pensar a partir do concreto. Analisemos o que nos diz Marx sobre tal conceito: “O concreto é concreto por ser uma concentração (*Zusammenfassung* = concentração, síntese) de muitas determinações, logo, uma unidade do múltiplo. [...]” (2010, p. 111). Aqui está uma das chaves do método de Marx, ele entende o real em totalidade. Foge das análises que compartimentam o real para entendê-lo e depois juntam acreditando ter uma análise completa para compreensão da complexidade da realidade, assim é como se fossem relações causais lineares, como acreditava Descartes (BOMFIM, 2014). Sem a interpretação do Marx, não conseguimos entender a ontologia humana, pois um atributo da espécie relaciona-se com os outros e vice-versa. Adiante, temos a explicação sobre o conceito de sociabilidade que se desenvolve, relacionando-se dialeticamente com outros atributos humanos, como o trabalho, a consciência, universalidade, etc.

A esta altura do texto, já foi debatido, noutras palavras, o conceito de sociabilidade. Mas para sintetizá-lo, vejamos o que nos diz Márkus (2015, p. 55):

É fácil notar que os dois aspectos da sociabilidade humana, anteriormente mencionados (o caráter comunitário e a determinabilidade sócio-histórica) são de fato dois aspectos de uma mesma constelação, que só podem existir juntos e em relação recíproca. [...].

Esses dois aspectos trazidos aqui significam a convivência em sociedade; e a determinação sócio-histórica, aqui, é importante ressaltar que essa determinação é relativa, dado o tempo e o espaço. Através dos exemplos que trouxemos até aqui na nossa exposição, fica mais fácil explicá-la, o caso, por exemplo, da construção dos arranha-céus, só mais recentemente na história foi possível materializá-la, porque o conhecimento acumulado socialmente não tinha avançado ainda a tal ponto; a tendência é que se evolua cada vez mais. Há outra reflexão que pode ser adicionada aqui para que fique mais evidente:

[...]. Naturalmente, o conhecimento humano é limitado em cada momento histórico, tanto em sua extensão como intenção, a

desantropomorfização é, e sempre será, apenas um processo em curso, a busca da objetividade é um esforço e uma iniciativa social humana, do qual o destino depende, em geral, do curso da história. [...] (MÁRKUS, 2015, p. 86).

O conhecimento aparece aqui com um limite por momento histórico; significa que, naquele tempo e espaço, o homem só consegue dar aqueles passos, pois depende que outros seres humanos realizem objetivações noutras áreas do conhecimento para que a realidade evolua, por meio da sociabilidade. Os limites do conhecimento são de extensão (entendemos aqui como a abrangência de áreas do conhecimento, no sentido mais horizontal) e de intenção (compreendemos nesse ponto como a especialização de cada área do conhecimento, na direção mais vertical), mas a busca humana é infinita; por isso mesmo, é que a história caminha.

Vejamos a dialética da relação homem/natureza, base para entender a vida humana. Manzano (2013, p. 16-17) coloca:

[...]. O que existe é uma relação dialética entre a ação transformadora do homem sobre a natureza e desta sobre a consciência do homem, no processo histórico [...]. Vemos, portanto, que no processo de produção, na economia, os homens satisfazem suas necessidades, que aparecem na consciência como desejos, mas que não dependem subjetivamente deles, pois a fome independe do desejo e da vontade, ela é objetiva. Assim como são objetivos os recursos naturais que estão disponíveis, com suas qualidades físico-químicas, sobre as quais os homens deverão aplicar seu trabalho para produzir. Por outro lado, essa ação humana não depende da subjetividade do indivíduo. Hoje quando tenho fome, abro a geladeira, ou vou ao mercado comprar alimentos, não saio com uma lança para caçar um animal ou apanhar uma fruta.

Como visto a relação sociedade/natureza é uma relação dialética, tanto o homem transforma a natureza quanto nesse processo a natureza o transforma, por intermédio do trabalho. E essa realização de trabalho, gera o processo de produção para saciar necessidades que aparecem na consciência como desejos, mas que na verdade são inerentes ao ser humano, pois sem sua realização ele não se reproduz, por exemplo, a autora coloca que a fome é objetiva, pois não depende da subjetividade do ser. São objetivos também os elementos naturais disponíveis, dos quais o ser humano precisa modificar pelo trabalho para atender sua necessidade humana. Essa simples ação (saciar a fome) é objetiva não dependendo da subjetividade do ser humano. Podemos constatar a objetividade disso, através do exemplo citado pela autora de que para conseguir alimentos “... abro a geladeira, ou vou ao mercado...”, demonstrando uma forma comum nos dias atuais de saciar a fome,

pelo menos nos grandes centros urbanos, que é reflexo do próprio processo histórico possibilitado pelo trabalho humano que influenciou toda sociedade. A forma que essa necessidade (a fome) é tratada está diretamente inserida no que falamos anteriormente, sobre a objetivação, sociabilidade, que após ser realizada, surgem novas necessidades e novas possibilidades, então hoje não preciso como ressaltado pela autora, sair “... com uma lança para caçar um animal, ou apanhar uma fruta...”.

Podemos perceber que a história humana tem como base de seu desenvolvimento o trabalho, pois, praticamente, tudo que temos foi fornecido por tal. A tendência histórica é que, cada dia mais, a sociedade se desenvolva, existem a todo o momento novas objetivações, novas causalidades, e isso nas mais diversas áreas criadas humanamente, o que realiza a essência humana, pois, a cada momento, o homem se depara com novas situações e novas possibilidades diante de si, e isso o impulsiona a se movimentar e enfrentar tal coisa para superá-la. Por isso o trabalho é o combustível humano para construir as possibilidades de criar novas formas de melhorar a sociedade, e a si mesmo.

De acordo com Marx e Engels (2009, p. 40-41-42), é possível, rapidamente, sintetizar em três momentos essenciais a compreensão do desenvolvimento da sociedade.

[...]. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos. [...]. O segundo ponto é [...] este: a própria primeira necessidade satisfeita, a ação da satisfação e o instrumento já adquirido da satisfação, conduz a novas necessidades – e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico. [...]. A terceira relação, que logo desde o início entra no desenvolvimento histórico, é esta: os homens que, dia a dia, renovam a sua própria vida começam a fazer os outros homens, a reproduzir-se – a relação entre homem e mulher, pais e filhos, a *família*. Essa família, que a princípio é a única relação social, torna-se mais tarde, quando o aumento das necessidades cria novas relações sociais e o aumento do número dos homens cria novas necessidades [...]. De resto, essas três facetas da atividade social não devem ser entendidas como três fases diferentes, mas apenas como três facetas ou, para escrever claro para os alemães, três “momentos” que, desde o começo da história e desde os primeiros homens, existiram simultaneamente, e que ainda hoje se afirmam na história.

O primeiro ato da vida dos homens, e mesmo da história, pode ser resumido rapidamente como aquele onde o homem precisa saciar suas necessidades básicas elementares todos os dias: comer, beber, habitar, vestir, etc. necessário em todo o decorrer

da história, para produzir materialmente a própria vida. Sem isso, o homem não consegue manter-se vivo. Ele precisa atuar nas Causalidades da natureza para reproduzir-se.

O segundo elemento fundamental: quando realizado o primeiro ato histórico (as primeiras necessidades objetivas), surgem novas necessidades e possibilidades, pois a realidade se altera. Esse é o segundo momento, a produção de “segundas necessidades e possibilidades”, que só são possíveis quando o homem sacia as suas necessidades elementares ou “primeiras necessidades”. E volta ao primeiro ponto - a produção de necessidades e possibilidades. Pois a história é dialética, cada produção humana gera novas possibilidades e necessidades que o homem as inclui em seu cotidiano como necessidades elementares, por isso elas tornam-se primeiras necessidades com o decorrer da história, e o que surge imediato torna-se o segundo elemento fundamental da vida.

O terceiro momento importante é que o homem não vive só, mesmo desde o início do seu desenvolvimento. Então, há relações entre os seres humanos para manterem-se vivos e fazerem a história. Existe, por isso, a reprodução biológica e social; surge assim essa agremiação de pessoas - a família. Essa (a família) é a primeira relação social e, mais tarde, com o desenvolvimento do trabalho, surgindo novas necessidades e possibilidades, criam-se novas relações sociais porque se aumenta o número da própria espécie (isso a título de exposição didática, obviamente que não é uma evolução linear, há retrocessos e avanços).

No entanto, Marx e Engels nos fazem um alerta para tal exposição; esses três momentos importantes para a compreensão do desenvolvimento da sociedade não estão apartados um do outro, não devem ser compreendidos como relações causais lineares (BOMFIM, 2014), são momentos que se entrelaçam dialeticamente, um só ocorre porque está interligado aos outros e vice-versa. É essencial afirmar também que isso sempre ocorreu no desenvolvimento humano, como, atualmente, ainda ocorre.

Para Márkus (2015, p. 66) “[...]. A história mundial origina-se, gradualmente, a partir do histórico de clãs, etnias, e nações e, neste processo, os homens tornam-se histórico-mundiais, indivíduos socialmente universais [...]”. Isso complementa o que foi discutido anteriormente, sobre os três momentos importantes para compreensão do desenvolvimento da sociedade. Aqui, vemos que nem sempre a história foi mundial, pois começou com pequenos grupos sociais, como citado pelos autores, e nesse processo de crescimento gradual da população, os homens tornaram-se histórico-mundiais, e socialmente universais, pois todo ato humano ocorre no tempo e no espaço, com a integração de todas as partes do globo terrestre; nós influenciemos e somos influenciados

por homens de todos os continentes do mundo em maior e/ou menor grau, diretamente e/ou indiretamente.

Marcuse (1981) aprofunda o entendimento sobre o conceito fundamental, o trabalho, que, como vimos anteriormente, permeou o desenvolvimento humano e permanece o fazendo:

Dessas determinações do trabalho, tiraremos, de início, o seguinte: o trabalho é o “ato de autoprodução do homem”, isto é, atividade por meio da qual e na qual somente o homem se torna aquilo que ele é como homem, segundo sua essência. E isso de tal maneira que este seu devenir e ser para ele mesmo está aí, que ele se sabe como de fato é e “observa” (o “devenir-para-si-mesmo” do homem). O trabalho é atividade com conhecimento, consciente: o homem se relaciona no trabalho consigo mesmo e com o objeto de seu trabalho, ele não se encontra em unidade direta com o trabalho, podendo inclusive opor-se a ele ([...] o trabalho humano, como produção “livre” e “universal”, se diferencia essencialmente da produção “direta”, por exemplo, a construção de abrigos por parte dos animais). A determinação de que, no trabalho, o homem está aí objetivamente “para si” mesmo se encontra em relação direta com a segunda determinação, a de que o homem é um ser “objetivo” ou, mais precisamente, “objetivado”. O homem só pode realizar o seu ser na medida em que ele o realiza como ser objetivo, isto é, na medida em que ele, por meio de suas “forças essenciais”, produz em um mundo “exterior”, “material” objetivo em cuja elaboração (no sentido mais amplo) ele é real. “A produção prática de um mundo objetivo, a elaboração da natureza inorgânica é a afirmação do homem como ser genérico consciente (...)” [...]: nesta atividade, o homem se mostra como é segundo o seu “gênero” como ser humano em contraposição com o ser animal, vegetal ou inorgânico [...]. O trabalho, assim concebido, é a “afirmação essencial” especificamente humana: nele se realiza e se “confirma” o ser humano (MARCUSE, 1981, p. 20-21).

Retomando a categoria trabalho no pensamento marxista, conseguimos reafirmar, de acordo com o explicitado, que o trabalho é essência humana, dito de outra forma, o homem sem trabalho não é homem, pois não realiza sua essência enquanto espécie, não se transforma, não adquire consciência, etc. Por meio do trabalho, o homem se torna homem. O trabalho é uma atividade feita com consciência; com isso, o ser humano relaciona-se consigo mesmo e com o objeto do seu trabalho, por que ele raciocina e coloca em prática. Ele não se confunde com seu trabalho, seu trabalho faz parte de si como exteriorização, mas não é unidade direta.

Sobre a diferenciação entre seres humanos e animais: o trabalho humano é feito livremente e de forma universal, diferentemente dos animais que produzem pela necessidade direta, como citado, a construção de abrigos. Há duas determinações essenciais

colocadas a partir do trabalho: a primeira de que o homem está objetivamente “para si”; e a segunda que o homem é um ser “objetivo” ou “objetivado”. Há uma relação dialética entre ambas as determinações, pois o homem só está “para si” na medida em que ele é “objetivo”. O homem só está “para si” a partir da realização do trabalho, onde coloca seu corpo em funcionamento, realizando prévia-ideação e objetivação, adquirindo consciência, realizando sua essência, tornando-se humano. E o homem só é objetivo, por meio da realização objetiva do trabalho, pois ele, além de se transformar, também transforma a sociedade, colocando o seu pensamento para todos em um objeto concreto, contribuindo socialmente para a evolução humana. É por isso que o homem se torna um ser genérico consciente, pois ele está em contato com outros seres humanos, influenciando e vice-versa. Aqui, eles se diferem totalmente dos animais, vegetais ou inorgânicos. Por isso o trabalho é afirmação da essência exclusivamente humana, é a prova de que o homem é ser social.

De acordo com Marcuse (1981, p. 22-23):

[...]. O *trabalho* como “atividade vital” especificamente humana se baseia nesse “ser genérico” do homem: o trabalho pressupõe o poder relacionar-se com o “universal” dos objetos e com as possibilidades neles imanentes. E no poder relacionar-se com o próprio gênero se baseia a liberdade especificamente humana: a auto-realização, “autoprodução” do homem. Por meio do conceito de trabalho livre (do livre produzir), a relação do homem como ser genérico com seus objetos se torna mais clara.

Essas considerações mostram que o trabalho é próprio da vida humana, baseada no “ser genérico” do homem. Esse conceito diz respeito à identidade da espécie humana; assim, todo homem é um ser do trabalho. E o trabalho é que o torna apto a relacionar-se universalmente com os objetos, com os elementos naturais, e/ou a natureza socializada. Isso possibilita também o relacionamento com a própria espécie, pois um novo objeto trazido à realidade influencia toda a sociedade. Dessa forma também viabiliza a liberdade humana. Ao materializar uma ideia posta em pensamento, ele torna-se livre, ele se autorrealiza e, no mesmo instante, se autoproduz, pois desenvolve a consciência.

[...]. Toda a “natureza” é meio da vida humana, “meio de vida”: ela é uma *condição prévia* que ele tem que aceitar e refazer em sua atividade. O homem não pode simplesmente tomar o mundo objetivo ou acomodar-se a ele; ele tem que apreendê-lo; ele tem que transformar os objetos deste mundo em órgãos de sua vida, que age neles e por meio deles. “A universalidade do homem aparece praticamente na própria universalidade que a transforma a natureza em seu corpo inorgânico,

tanto na medida em que 1) é meio de subsistência imediato, como na medida em que 2) é a matéria, o objeto e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza na medida em que não é corpo orgânico do homem” [...] (MARCUSE, 1981, p. 23).

A natureza, em sua totalidade, é meio de vida humana. Essa é uma condição prévia objetiva da qual dependem os homens, eles têm que concordar e utilizá-la para saciar sua necessidade. No entanto, o ser humano não pode aceitar passivamente o mundo como ele é, ou naturalizá-lo. Tem que compreendê-lo, e modificá-lo, usando os recursos deste mundo, como elementos da sua própria vida os quais agem neles, e a partir deles. A universalidade do ser humano aparece na própria transformação da natureza em corpo inorgânico do homem, ou seja, é comum a todos os seres humanos a natureza enquanto seu corpo inorgânico, pelos motivos já mencionados: 1) é o meio de garantir a permanência da vida imediata de modo mesmo elementar; e 2) matéria, objeto e instrumento necessário ao desenvolvimento da vida social. Assim, o homem é corpo orgânico e a natureza corpo inorgânico. Juntos, formam uma unidade, mas não se confundem. Há, no entanto, uma dependência do ser humano para com a natureza, sem ela os homens não existem; o contrário pode acontecer, já que a natureza é independente apesar de o homem integrar a natureza. Nessa medida, vejamos o que nos diz Marcuse (1981, p. 23):

Esta tese sobre o caráter de meio para o homem da natureza não quer apenas dizer que o homem para poder existir fisicamente tem que reportar-se à natureza como seu “meio de vida” inorgânico, que ele, sob a coação direta da “necessidade”, “produz” (apropria, elabora, prepara etc.) o seu mundo objetivo: como objetos da alimentação, vestimenta, habitação etc. Marx fala aqui expressamente de “natureza espiritual inorgânica”, de “meios espirituais de subsistência”, de “vida física e espiritual do homem” [...].

O que o autor nos mostra é que o homem não se relaciona com a natureza só na necessidade imediata, também a utiliza na dimensão espiritual, ou seja, sua carência traduz seu caráter de ser universal, diferentemente da unilateralidade. Essa reflexão nos faz sintetizar que a natureza desenvolve o ser genérico do homem não só como meio de vida material - objetivamente, mas também subjetivamente. Objetivamente, a natureza como seu “meio de vida” inorgânico, quer dizer aquela da qual sob o desafio direto da necessidade imediata, ele se apropria, prepara, e elabora para saciar sua necessidade. Mas, nesse processo, ele também se transforma internamente, adquire consciência, porque é um

ser subjetivo. Por isso as três expressões são utilizadas. A cultura humana é desenvolvida mesmo na relação com a natureza, e com a própria espécie.

Nesse contexto, Marx (2015, p. 85) nos revela:

O engendrar prático de um mundo objetivo, a elaboração da natureza inorgânica é a prova do homem enquanto um ser genérico consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero enquanto sua própria essência ou [se relaciona] consigo enquanto ser genérico. É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; [no animal,] o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livre[mente] com o seu produto. O animal forma apenas segundo a medida e a carência da species à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer species, e sabe considerar, por toda a parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza.

Os animais são limitados por produzirem apenas sob a dependência imediata da necessidade física, para conseguirem reproduzir-se biologicamente. Com isso, não podem construir uma nova realidade para si ou sua cria, são obrigados a viverem eternamente dessa forma, têm que aceitar a realidade como ela é, pois não conseguem dar a si mesmos outro mundo. Os seres humanos também dependem da natureza para manterem-se vivos, como os animais; porém, os homens é que fazem a sua própria história, por intermédio do trabalho, mas a diferença é que os homens produzem na liberdade, por exemplo, segundo as leis da beleza, isso significa dizer que podem produzir para saciar carências subjetivas, e não apenas objetivas. Podem relacionar-se com tudo, com toda a natureza, e com a própria espécie. Isso é o que o caracteriza como um ser universal; nessa medida é um ser genérico consciente. Com isso, pode construir outra realidade social, conseguem dar a si mesmos uma nova forma de vida. Essa é a liberdade que só os seres humanos possuem, significa a possibilidade de escolher entre alternativas concretas. O trabalho torna o ser humano livre, porque, por meio dele, pode produzir o que quiser, é livre para criar infinitas possibilidades. Os animais produzem apenas para manterem-se vivos como seres biológicos que são. Os homens produzem universalmente. Isso é para toda a sua espécie e outras espécies, os animais produzem unilateralmente, produzem apenas para si mesmos e/ou suas crias.

Por ser universal, o homem tem o atributo da liberdade, nesse sentido Marcuse (1981, p. 24-25) sintetiza:

[...]. Nessa liberdade, o homem reproduz “toda a natureza”, faz que ela decorra juntamente com sua própria vida, transformando-a e apropriando-a, ainda quando essa produção não satisfaça uma necessidade imediata. Assim, a história da vida humana é, ao mesmo tempo, história de seu mundo objetivo, de “toda a natureza” [...]. O homem não está na natureza, a natureza não é seu *mundo exterior*, ao qual ele teria que dirigir-se a partir de sua interioridade, e sim o homem é natureza; a natureza é sua “exteriorização”, “sua obra e sua realidade” [...]. Onde quer que a natureza se encontre na história humana, ela é “natureza *humana*”, ao passo que o homem, por sua vez, é “*natureza humana*”. [...] A base da unidade assim conseguida entre o homem e a natureza é agora desenvolvida a determinação decisiva de objetivação [...]. A objetivação pertence como tal à essência do homem – da mesma forma que sua naturalidade --- e, portanto, não pode ser “superada” [...].

Por ser liberto, o ser humano transforma toda a natureza; assim a reproduz, juntamente com sua vida, a partir do momento que se apropria e a transforma, ainda que não seja para uma necessidade imediata. Assim, podemos perceber que a história da vida humana é igualmente história de seu mundo objetivo, pois o homem é um ser do trabalho, e assim constrói seu mundo objetivo. Isso revela o fato de que, ao nosso redor, tudo que não é natureza natural é natureza socializada, que foi transformada pelo trabalho humano, para atender aos interesses sociais. Dessa forma, o homem não está na natureza, pois ela não é algo exterior ao homem, ela está fora do seu corpo orgânico, mas é ainda seu corpo inorgânico, é um par dialético corpo orgânico/corpo inorgânico. Formam uma unidade. É sua obra e realidade, por isso a justificativa de que onde há natureza na história do homem é “natureza humana”, pois foi transformada de acordo com o trabalho do homem, e o próprio homem também é “natureza humana”. Nesse momento, chegamos à consideração também de que, assim como o trabalho é essência humana, a objetivação que faz parte do processo de realização do trabalho também é da natureza do homem, é essência humana.

Sobre a objetivação, Marcuse (1981, p. 20) dissertou:

Objetivação da “vida genérica”, pois no trabalho não é o indivíduo isolado que atua e a objetividade do trabalho não é objetividade para o indivíduo isolado ou para uma simples multiplicidade de indivíduos isolados – ao contrário, é exatamente no trabalho que se realiza a *universalidade* tipicamente humana.

A partir da exposição do autor, pensamos que a realização do trabalho humano não é obra de um indivíduo isolado, pois o homem é um ser social, só se humaniza em sociedade, o trabalho é atividade consciente que só se desenvolve na convivência com a própria espécie. Com isso, a objetivação da “vida genérica” é influenciada nesse mesmo tempo pelo trabalho dos outros homens, e esse trabalho passará a influenciar outros seres humanos. Com isso, o trabalho não tem como ser individual sem influência de ninguém, pois só conseguimos pensar a partir do real, e o real foi construído pelo trabalho humano, portanto por outras objetivações anteriores. Assim, minha consciência foi se desenvolvendo, por isso de toda forma não somos neutros, pois fomos influenciados pela vida em sociedade, e isso é a universalidade própria dos homens, produzir para toda a espécie e ser produto dela.

[...] a segunda característica fundamental da objetivação: ela é essencialmente atividade “social” e o homem objetivado é essencialmente um homem “social”. O campo dos objetos do trabalho é um campo de atividade vital conjunta; nos objetos do trabalho o *Outro* se torna visível para o homem em sua realidade. As “formas de comunicação” originais, as relações essenciais em que o homem se encontra com outros homens se manifestam em relacionamento, propriedade, desejo, necessidade, gozo comuns do mundo objetivo. Todo trabalho é trabalho com, para e contra outros, de tal forma que somente aí os homens se mostram uns aos outros e entre si o que realmente são. Assim, todo objeto em que um homem atua, em sua individualidade, é, “ao mesmo tempo, sua própria existência para os outros homens, a existências desses outros essa mesma existência para ele” [...] (MARCUSE, 1981, p. 30-31).

Como dito anteriormente, não há neutralidade na forma de pensar e agir, pois somos construídos socialmente. Por isso a segunda característica fundamental da objetivação é que, por meio dela, o homem torna-se social, pois ele é objetivado, ele expõe o que havia em pensamento na realidade objetiva para todos os outros homens. O homem nunca trabalha sozinho, pois sempre constrói objetos, partindo de algum pensamento objetivado por outro ser humano, e o seu trabalho gera também objetos para outros homens. Por isso o autor diz que um homem se torna “visível” para o outro, pois percebem que dependem do trabalho do outro, não produzem tudo de que precisam sozinho. Com isso, gera um convívio social entre aqueles que produzem elementos para a sociedade. E, assim, cada ser mostra-se o que é para os outros. Um homem produz um objeto e nele coloca sua individualidade, pois a forma de realizar o trabalho, a criatividade,

etc. é particularidade que cada ser possui, e isso será mostrado como sua existência para os outros homens, e vice-versa. Desse modo, vemos que o mundo é uma produção social. Vejamos o que Marcuse (1981, p. 31) atesta:

Se o mundo objetivo em sua totalidade é compreendido como “social”, como a realidade objetiva da sociedade humana e, com isso, como objetivação humana, então ele já é determinado como realidade *histórica*. O mundo colocado a cada momento para o homem é a realidade de uma vida humana ocorrida que, embora já decorrida, está presente exatamente sob a forma que deu ao mundo objetivo. Uma nova forma do mundo objetivo, portanto, está sempre na base e superação de uma forma anterior apresentada; neste movimento de superação a cada momento do passado no presente é que surge pela primeira vez o homem real de seu mundo: “a história é a verdadeira história natural do homem”, seu “ato de formação” [...], sua “produção” por meio do próprio trabalho [...]. E a história “se torna” não somente o homem, como a própria “natureza”, na medida ela não é algo “exterior” ao homem, pois, pelo contrário, pertence à objetividade superada e apropriada pelo homem: a “história universal” é “o devenir da natureza para o homem” [...].

O que nos é colocado é que, em totalidade, na integralidade das relações, a realidade objetiva da sociedade humana é resultado da objetivação humana, por isso é realidade social. Com isso, constitui-se como realidade histórica, ou seja, não é eterna, não é imutável, pois é constantemente transformada, evoluída. O mundo como nos é apresentado é realidade histórica, porque ele nem sempre foi assim, e nem será eternamente assim como o conhecemos. Cada momento histórico traz consigo elementos de sociedades passadas. Com isso, as novas formas de sociedade que virão levarão também consigo elementos dessa sociedade. Essa formulação nos apresenta então que a história é a verdadeira história natural do homem. Isso significa que a história mostra como o homem se relacionou ao longo dos tempos, transformando a natureza, a si mesmo, e a sociedade, o que é algo que pertence à natureza humana. E, então, a história é seu “ato de formação”, na medida em que o homem não nasce pronto e acabado, ele se constrói. A história é ainda dita de outro modo, a produção do homem por meio do trabalho. Portanto, o homem metamorfoseasse na relação homem/natureza e na relação homem/homem, pois o trabalho é social; então, há relações entre homens que trabalham e os resultados dos seus trabalhos, e isso faz com que se contribua na formação do ser humano.

Somente agora, depois que a totalidade da essência humana como unidade entre o homem e a natureza foi concretizada por meio da

objetivação prático-social-histórico, é que se torna compreensível a definição do homem como ser genérico “universal” e “livre”. A história do homem é o acontecer de “toda a natureza”; sua história é um “produzir e reproduzir” da natureza, um prosseguir do ser objetivo por meio de nova superação da sua forma presente. Em seu relacionamento “universal” com toda a natureza, esta última, portanto, não é sua limitação ou um exterior estranho a ele, que o condiciona com um outro, ela é sua manifestação, afirmação, atuação [...] (MARCUSE, 1981, p. 31-32).

A essência humana é aquilo, que é inerente a todos os seres humanos. A objetivação prático-socio-histórico significa que é: 1) prático porque o corpo humano entra em exercício prático para executar aquilo que a mente arquitetou; 2) o trabalho é o que torna o homem em um ser social, humaniza-o, o homem só consegue sobreviver a partir do trabalho de outros homens, um homem só não produz tudo aquilo de que necessita, e é aí que ele percebe o outro ser humano como outra consciência em si distinta dele; 3) e histórico porque a sociedade se transforma ao longo do tempo por meio do trabalho; os homens fazem a realidade na qual estão inseridos, sempre devolvendo a sociedade a etapas posteriores (porém há contradições; isso significa que, nem sempre, a sociedade está mudando para melhor, pois há retrocessos), por meio da realização do trabalho.

Conforme analisa Marcuse (1981), podemos compreender o homem como ser genérico “universal” e “livre”. A todo o momento, o homem tenta superar a atual forma presente, pois, constantemente, ele depara-se com a realidade. Com isso, produz e reproduz a natureza, de forma que ele aproveita objetos feitos por outros homens e os transforma segundo suas vontades e necessidades. Nisso, ele pode até reaproveitar elementos que constituem tal objeto para construir um novo (objeto). A natureza, no entanto, não condiciona o homem; ela possibilita o homem a transformar-se e transformar a sociedade; portanto, ela não limita o homem, ela dá a ele as ferramentas fundamentais para construir sua vida material e espiritual, sua vida objetiva e subjetiva, em escala mundial, é essa também uma dimensão do caráter universal do homem. Nessa linha de exposição, Marcuse (1981, p.32) acrescenta:

Devemos agora tomar em conjunto as determinações que se reuniram no conceito do homem como ser universal e livre. O homem se “relaciona” consigo mesmo e com o ser, ele pode superar, apropriar o que é dado e posto para ele, dando a ele sua própria realidade, realizar-se a si mesmo em tudo. Essa liberdade não contradiz a penúria e as necessidades de que falamos anteriormente, e sim se baseia nelas, na medida em que só é liberdade como superação do que é dado e posto. A “atividade vital” do

homem é “não uma determinabilidade, com a qual ele se confunde”, como o animal [...]; ela é “livre atividade”, uma vez que o homem pode “diferenciar-se” da determinabilidade direta de sua existência, pode “torna-la objeto” para ele e superá-la; ele pode transformar sua existência em “meio” [...], dar a si mesmo sua própria realidade, “produzir” a si mesmo e sua objetividade. É nesse sentido profundo (e não apenas no biológico) que deve ser compreendida a afirmação de que “o homem produz o homem” [...], de que a vida humana é a vida propriamente “produtiva”, “a vida que produz a vida” [...].

O homem como ser genérico universal e livre expressa bem sua ontologia, mostra que ele se relaciona consigo mesmo e com a sua espécie, além de se transformar, também transforma a sociedade, portanto, os outros homens. Ele relaciona-se consigo mesmo quando põe materialmente um projeto que habitava na sua consciência. Esse projeto, por sua vez, surgiu pelo seu convívio em espécie e, a partir da objetivação, modificará a realidade, trazendo algo novo ao real, por isso influencia os outros homens, ou seja, quando existe uma objetivação, a realidade altera-se, pois tem uma intervenção humana (pode ser um objeto novo, por exemplo) que passará a influenciar e ser influenciado por outros homens. Ele (o homem) só é livre pelo seu trabalho, porque supera, apropria-se da realidade e a faz diferente. Assim, dá a si mesmo e a sua espécie uma nova realidade construída de acordo com sua vontade e forma. Essa é a atividade vital do homem, ele só vive enquanto homem porque faz isso. Só é possível por não ser determinado pela natureza como o animal que é condicionado a viver de uma dada forma durante toda sua vida, ele (o homem) recebe da natureza seu corpo e os elementos físico-químicos disponíveis nela, mas, por meio do trabalho, ele organiza a natureza de acordo com seus interesses, portanto ele não é um ser obrigado a viver da mesma forma durante toda a vida. Isso é superação da realidade. Então, como já dito, ele dá a si mesmo e aos seus semelhantes a realidade que ele tem desejo, por isso a afirmação de que o homem produz o homem não só no sentido da reprodução biológica, mas também social, porque os homens não nascem prontos e acabados, desenvolvem-se no convívio social, inclusive na escala mundial.

Retomando o que Marcuse (1981) coloca sobre a questão da “determinabilidade” do ser humano pela natureza, Bomfim (2015) também reflete acerca de tal problemática, partindo também do Marx, dizendo que a natureza determina fisicamente/biologicamente os seres humanos, dando a eles, portanto, sua estrutura corporal e a natureza com seus elementos físico/químicos de modo geral a seu dispor; no entanto, os homens são seres sociais e não apenas seres orgânicos naturais, a essência do ser humano não é dada pela natureza porque ele é um ser que se faz sócio-historicamente, que se constrói em sociedade

e de acordo com cada momento histórico. Isso só é possível a partir da produção material da vida, por intermédio do trabalho. O ser humano se desenvolve em sociedade, relacionando-se com a natureza, e com os objetos construídos pelos outros homens na sua relação com a natureza. Dessa forma de relações é que os homens transformam a si e a sociedade, confirmando, assim, o trabalho como essência humana. Freire (2001, p. 40) complementa dizendo: “Ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos, na prática social de que tornamos parte”.

O homem depara-se com a realidade, e trabalha para alterá-la. Essa necessidade de modificá-la surge para si em consciência pela sua vivência prático-social, portanto o homem é sujeito, e tem o mundo como objeto seu e, no mesmo instante, ele é objeto, e o mundo sujeito. O homem produz o mundo e é um produto social do mundo.

Com isso, a determinação do homem retorna ao ponto de partida: ao conceito fundamental de “trabalho”. Torna-se claro, agora, em que medida o trabalho pode ser tomado, com todo o direito, como categoria ontológica: na medida em que na produção, elaboração e apropriação do mundo objetivo o homem dá a si mesmo sua própria realidade, na medida em que sua “relação com o objeto” é exatamente a “afirmação da realidade humana” [...], o trabalho é a verdadeira expressão da liberdade humana. No trabalho o homem se torna livre, no objeto do trabalho ele realiza livremente a si mesmo: “na medida em que (...) para o homem na sociedade a realidade objetiva se torna realidade das forças essenciais do homem, realidade humana e, por isso, realidade de suas *próprias* forças essenciais, todos os objetos se tornam para ele a objetivação de si mesmo, objetos que afirmam e realizam sua individualidade, *seus* objetos, isto é, ele mesmo se torna objeto” [...] (MARCUSE, 1981, p. 32-33).

Percebemos, ao longo da discussão, que o debate girou em torno do conceito de trabalho, sem o qual é impossível compreender o ser humano na perspectiva Marxiana e Marxista. Faz parte da ontologia humana, sem ele (o trabalho), não consegue reproduzir-se socialmente. Pois é por meio do trabalho que ele produz, elabora, e se apropria do mundo objetivo, produz sua realidade, e dá a ela sua identidade. O faz e o refaz do seu modo, essa sua relação com o objeto é a afirmação da realidade humana; sem isso, o homem não é homem, não é um ser social, é ser orgânico natural apenas, não se liberta. O homem só é livre a partir do momento que começa produzir com seu trabalho aquilo que deseja, de que necessita, possibilitando a si mesmo uma nova realidade, afirmando sua individualidade, construindo uma alternativa concreta socialmente.

Nesse momento, necessitamos clarificar o conceito de essência humana.

Marx compreendia “essência humana” como o conjunto dos traços fundamentais que permanecem intocados pelo desenvolvimento histórico da humanidade, que são inseparáveis do homem como tal e são característicos de cada indivíduo humano em qualquer forma de vida social. Esta é, essencialmente, a posição representada, por exemplo, no estudo que interessa a essa pergunta dirigido pelo filósofo polonês M. Fritzhand: “a ‘essência do homem’ pode incluir apenas elementos que não só são características exclusivas aos homens, mas que também permanecem como partes constituintes invariáveis do repertório de traços humanos, ou seja, que são inseparáveis dos homens em qualquer forma de sua existência social”. [...] (MÁRKUS, 2015, p. 89).

O autor parte do pensamento de Marx e diz que esse conceito trata de perceber aquilo que permanece intocado mesmo com o desenvolvimento da sociedade, e o homem carrega consigo independentemente de que forma esse sujeito viva socialmente. Ele cita ainda o que responde um filósofo polonês M. Fritzhand a essa pergunta, e vemos que a essência humana para esse, não só são aquelas características que só os homens as possuem, mas também aquelas que eles carregam consigo como partes suas independentemente do espaço e do tempo.

Podemos ver a caracterização conceitual da totalidade da essência humana:

[...]. Como vimos, de acordo com esta concepção, a “essência do homem” pode ser encontrada no trabalho, na sociabilidade e na consciência, [...] assim como na universalidade que abarca esses três momentos e que se manifesta em cada um deles. [...] (MÁRKUS, 2015, p. 87-88).

Vemos três, dentre os principais conceitos que explicam a essência humana: o trabalho, aquele que faz a intermediação entre o homem e a natureza, entre o corpo orgânico e o corpo inorgânico. Nesse mesmo instante, o ser humano adquire consciência, que é o terreno formado pela ação prática e pela sociabilidade, que é formada pela convivência social e a determinação sócio-histórica. Os três instantes não funcionam de maneira apartada, são relações dialéticas, um influencia os outros e vice-versa. Assim, a universalidade permeia toda essa relação, logo todos esses atributos ontológicos são universais: o trabalho, a consciência e a sociabilidade.

Segundo Márkus (2015, p. 99) “[...]. Para Marx, a “essência humana” reside precisamente na “essência” ou no “ser” do processo social global e evolutivo da humanidade, e na unidade interna desse processo. [...]”.

O que se conclui como essência humana é aquilo analisado no processo social global e evolutivo da humanidade; não se atestam por essência do ser humano dados atributos de grupos particulares, como as culturas que se distinguem mundialmente. Por isso se confirma o homem como um ser genérico universal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conseguimos analisar, no decorrer das reflexões que foram aqui elencadas, a fundamental importância da compreensão da categoria trabalho para a compreensão da ontologia do ser social. Essa categoria permeia o centro do debate como podemos verificar nas variadas dimensões, que não são possíveis de serem visualizadas no contato imediato, ficando na aparência do fenômeno; é necessário ir além, buscar a raiz, até a essência. Algumas das descobertas aqui sintetizadas surgiram no século XIX com Marx e Engels, e permanecem válidas, porque, como vimos, esse conceito é fundamental para compreender a história mundial.

O ser humano não vem determinado deterministicamente pela natureza, pois ele não é apenas um ser natural, é também um ser social. Ele é ser natural na medida em que precisa saciar cotidianamente necessidades como os animais. E é ser social na medida em que realiza o trabalho. Essa necessidade só surge pela vivência social, e só o faz porque consegue de antemão projetar na mente o que materializará concretamente; nesse processo, adquire consciência. Ele não aprendeu trabalhar sozinho, foi preciso estar em comunidade, que é a sociabilidade. Por isso o trabalho de um influencia os outros, e vice-versa. Consequentemente, aumenta a população pela reprodução biológica, formando as famílias, vilas, comunidades, etc. Com isso, a sociedade torna-se mundial e cada vez mais complexa. O homem torna-se assim um ser universal, pois é capaz de relacionar-se com toda a natureza e com a própria espécie; essa é a universalidade. E, nessa medida, conseguimos ver que os seres humanos pelos seus atributos ontológicos podem torna-se seres livres, na medida em que conseguem possibilitar outra realidade a si mesmos e sua espécie. Só mesmo a espécie humana pode ter liberdade, pois deixa de viver apenas como um ser natural, e torna-se social, diferentemente, por exemplo, dos animais, que são obrigados a viverem da mesma forma pelas legalidades da natureza. Por isso, ontologicamente, o homem é um ser genérico universal e livre.

REFERÊNCIAS

- BOMFIM, Luciano Sérgio Ventin. **Ecomarxismo?**. In: MARQUES, Juracy (Org.). ECOLOGIAS HUMANAS. Feira de Santana: UEFS, 2014. p. 175-206.
- BOMFIM, Luciano Sérgio Ventin. **A ontologia humana enquanto referência para uma educação popular emancipatória**. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 24, n. 43, p. 107-120, jan./jun., 2015.
- BOMFIM, Luciano Sérgio Ventin. **Trabalho, alienação e estranhamento: uma contribuição a uma educação emancipatória**. Petrolina-PE: SABEH, 2017.
- BOMFIM, Luciano Sérgio Ventin. **A ontologia humana x ontologia das máquinas**. In: AMORIM, Ricardo; AMORIM, Dinani; MARQUES, Juracy (Org.). ECOLOGIA TRANSHUMANA – inteligência artificial e singularidade. Paulo Afonso-BA: SABEH, 2018. p. 111-129.
- FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; vol. 23).
- FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. (Biblioteca de Ciências Sociais – Tradução de Octavio Alves Velho).
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28. ed. [5. reimpr.]. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos; nº 23).
- LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.
- MANZANO, Sofia. **Economia Política para trabalhadores**. Caderno do Instituto Caio Prado Jr, nº 2, São Paulo: 2013.
- MARCUSE, Herbert. **Idéias sobre uma Teoria Crítica da Sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. (Biblioteca de Ciências Sociais - Tradução de Fausto Guimarães).
- MÁRKUS, György. **Marxismo e antropologia - O conceito de “essência humana” na filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular/ EDIUNESC, 2015.
- MARX, Karl; Engels, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl; Engels, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O método da economia política**. Revista Crítica Marxista, n. 30, p. 103-126, 2010.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. [7. reimpr.]. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Submetido em dezembro de 2019

Aceito em março de 2020